locadora de serviço; a Petrobrás mantém o monopólio legal do refino sobre-excedente das concessões particulares e o Brasil terá a vantagem de contar com o rendimento máximo das suas possibilidades de refinação.

E, sobretudo, a lei será real e sinceramente respeitada e o monopólio da Petrobrás continuará intangível.

O que surpreende é que o Conselho Nacional do Petróleo, investido da alta missão de superintender nossa política petrolífera, ainda não haja impôsto essa solução, como alternativa à cessação das abusivas atividades ultrapassadoras de teto por parte de certas refinarias.

Ainda é tempo de fazê-lo e estamos certos de que o sentimento do dever e o patriotismo dos senhores Conselheiros os estimulem a fazê-lo.

Acrescente-se ainda que Capuava coloca sua gasolina em São Paulo, por preços vantajosos, ao passo que Cubatão é forçada a colocá-la em outros Estados. O excesso de Capuava fica em São Paulo e Cubatão é forçada a exportar quantidade equivalente a êsse excesso. Ora, destarte, Capuava se livra de frete e outras despesas relativas a exportação, o que não ocorre com Cubatão. — *Pedro Braga Filho.*

E' APRESENTADA A SEGUINTE

Emenda Constitucional n. 13, de 1957

Dá nova redação à Emenda Constitucional n.º 1 e ao inciso VI do artigo 124 da Constituição Federal.

(Do Sr. Aurélio Vianna)

Art. 1.º A Emenda Constitucional n.º 1 passa a ter a seguinte redação:

"Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça serão fixados em quantia não inferior a oitenta por cento do que recebem os Ministros do Supremo Tribunal Federal; e os dos demais juízes vitalícios com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de oitenta por cento dos vencimentos dos Desembargadores".

Art. 2.º O inciso VI do artigo 124 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

"Os vencimentos dos Desembargadores serão fixados em quantia não inferior a oitenta por cento do que recebem os Ministros do Supremo Tribunal Federal; e os dos demais juízes vitalícios com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de oitenta por cento dos vencimentos dos Desembargadores".

Art. 3.º A presente emenda entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões. — *Aurélio Vianna.*

brbzbzbaro 123456 123456 123456 1234

Justificação

A simples transcrição do art. 96 e seus incisos da Constituição Federal bastaria para fundamentar a emenda constitucional que ora apresentamos:

"Art. 96. E' vedado ao juiz:

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior e os casos previstos nesta Constituição, sob pena de perda do cargo judiciário;

II — receber, sob qualquer pretexto percentagens, nas causas sujeitas a seu despacho e julgamento;

III — exercer atividade político-partidária."

Todos sabem — principalmente aqueles que são advogados militantes — o volume cada vez maior, das ações judiciais. Vez por outra, o próprio Congresso concorre para a criação de novas demandas, com a votação de leis que permitem a propositura de ações, em grande quantidade. Assim, foi a Lei de Economia Popular, criando os chamados juris populares; recentemente tivemos a atual Lei do Inquilinato em que foi previsto o arbitramento judicial para as locações. Agora, já se está fazendo sentir, fora a entrada, cada dia maior, de arbitramentos com base nessa Lei.

Além do mais, todos os Srs. Deputados conhecem a situação dos juízes de inferior que julgam todos os feitos, quer civis, comerciais, criminais, trabalhistas, presidindo a Juris, diligências, etc.

A respeito do movimento judiciário no Brasil as nossas estatísticas ainda não apresentam dados completos. No "*Anuário Estatístico do Brasil*", de 1956, colhemos dados, os mais interessantes e que demonstram bem o trabalho árduo e penoso do julgador. Assim, nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo, de 1948 a 1955 foram decretadas falência e homologadas concordatas num total de 2.791. Foram recebidos pelas Juntas de Conciliação e Julgamento do país, em 1955, 112.885 queixas, sendo solucionadas 88.786. O Supremo Tribunal Federal, no mesmo ano, publicou 3.730 acórdãos, tendo dado entrada 5.015 processos e distribuídos 4.686. Dêsse volume considerável, 2.588 eram recursos extraordinários, que foram julgados. Isto implica em dizer que são processos oriundos de outros Tribunais e outros juízes.

Desquites amigáveis e litigiosos foram concluídos 2.819, no ano de 1954, em todo o Brasil. Não pudemos colher informações precisas sôbre as ações cíveis e criminais que todos sabem representam a parte considerável das ações judiciais.

E' bem verdade que o aumento exclusivo dos vencimentos dos magistrados não resolverá, em definitivo, o problema. Há necessidade do aumento do número de juízes, de uma organização mais dinâmica e racionalizada da justiça. As partes não podem ficar litigando anos seguidos, o que causa sérios transtornos para a vida social e econômica do país. A justiça tem que ser rápida, honesta e segura. O sistema das partes só poderem executar as respectivas sentenças, depois de publicado o acórdão e registrado, precisa sofrer profundas modificações, quando sabemos que, às vezes, os interessados esperam anos, depois de julgado o feito, pela publicação de um acórdão.

Quanto ao aumento do número de juízes e reorganização da justiça, nada podemos fazer porque tais providências são da competência exclusiva dos Tribunais nos têrmos do inciso II do artigo 97 da Constituição Federal.

Os magistrados percebem vencimentos fora da realidade brasileira, uma vez que não podem exercer outra atividade, salvo o magistério, quando vemos, por exemplo, os membros do Ministério Público advogarem nas ações em que não haja incompatibilidade com o respectivo cargo.

A emenda dá nova redação a dispositivos constitucionais, sem contudo alterar-lhes os objetivos. Altera, pura e simplesmente a escala móvel de salários, com maior facilidade para o respectivo cálculo.

Sala das Sessões — *Aurelio Viana — Rogê Ferreira. — Badaró Júnior. — Olavo Costa. — Frota Aguiar. — José Guimarães. — Ary Pitombo. — Paulo Freire. — Fernando Ferrari. — Benjamin Farah. — Flores da Cunha. — Carmelo d'Agostino. — José Alves. — Armando Corrêa. — Luiz Compagnoni. — Joaquim Duval. — Costa Rodrigues. — Nilo Coelho — Sergio Magalhães. — Segadas Vianna. — Souza Dória. — Elias Adaime. — Rica Júnior. — Oscar Carneiro. — Pio Guerra. — Divonsir Côrtes. — Mario Gomes. — Chalbaud Biscaia. — Nogueira de Rezende. — Georges Galvão. — Miguel Leuzzi. — Aguiar Bastos. — Carvalho Sobrinho. — Neiva Moreira. — José Alves (2) — Ney Maranhão. — Souto Maior. — Pereira Diniz. — Ivan Bichara — José Talarico. — Manuel Barbuda. — Oscar Carneiro (2) — Luiz Tourinho. — José Talarico (2) — Carlos Pinto. — Airton Telles. — Mendes Gonçalves. — Joaquim Rondon. — Plinio Lemos. — Ponciano dos Santos. — Hermogenes Principe. — Antunes de Oliveira. — Heraclito Rêgo. — José Maciel. — Benedito Vaz. — Cid Campelo. — Antonio Baby. — Wanderley Júnior. — Yukishigue Tamura. — Hermes Pereira de Souza. — Oscar Corrêa — Esmerino Arruda. — José Pedrosa. — José Guimarães. — Carvalho Neto. — Galvão de Medeiros. — Emival Caiado. — Athayde Bastos. — Alfredo Palermo. — Laurindo Régis. — Rafael Cincurá. — Fausto de Oliveira. — Josué de Souza. — Gabriel Hermes. — Croacy Nunes. — Cardoso de Menezes. — Lauro Cruz. — Mendonça Braga. — Praxedes Pitanga. — Jandui Carneiro. — Carlos Jereissati. — Arruda Câmara. — Croacy de Oliveira. — Pontes Vieira. — Pedro Braga. — Bruzzi Mendonça. — Afonso Matos. — Felix Valois. — Francisco Macedo. — Lino Braun.*

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

De acôrdo com a indicação do líder do P. S. D., designo o Sr. Lauro Régis para a vaga do Sr. Lameira Bittencourt na Comissão de Inquérito para investigar as relações navieras entre a Empresa Cruz Limitada e o Govêrno da União.

Tem a palavra o Sr. Ostoja Roguski para uma comunicação.

O SR. OSTOJA ROGUSKI:

(*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, após seis anos de cativeiro e doze de semi-independencia politica, vai a Polonia comemorar amanhã, com toda solemidade, sua grande festa nacional de 3 de maio.

Essa data é muito cara aos corações dos poloneses, pois em 3 de maio de 1791 o Congresso Quadrienal, reunido em Varsóvia, de 1787 a 1791, aprovou e promulgou uma nova Constituição democratica para a Polonia. Trata-se de uma das primeiras Constituições democráticas da Europa: garantia, em toda sua plenitude às franquias politicas dos cidadãos, conferia direitos politicos e patrimoniais aos camponeses, igualava, enfim, a nobreza os burgueses e os camponios.

Esse diploma memorável, porem, perdurou pouco tempo, uma vez que, logo após, em 1792, nuvens negras abateram sôbre a Polônia, que foi partilhada pela segunda vez para, em 1795, sucumbir sob o jugo dos invasores — as tropas russas, austriacas e alemãs.

O sentimento libertatório dos poloneses sobreviveu, entretanto e, qual Fenix, a Polônia, após a guerra de 1914, renasceu das cinzas, para se tornar um pais livre, democrático e republicano.

Em 1939, nova guerra, nova invasão, novo sacrifício do povo polonês. A Polônia subjugada pelas hordas nazistas, mergulhou no cáos, na desordem, na noite da tirania. Em 1945, vencido o hitlerismo feroz e sanguinolento, teve restabelecida sua autonomia e se lhe deu o estatuto de país soberano. Essa soberania, porem, forjada nos bastidores da conferência de Ialta, não era plena, como não era plena a sua autonomia economica e administrativa: a Polônia ficou fazendo parte dos chamados países da "*cortina de ferro*" e continuou subjugada pelas tropas russas e pelo regime comunista.

Mas, Sr. Presidente, ainda uma vez, em outubro do ano passado, seguindo as diretrizes do seu destino heroico, o heroico povo polonês ergueu-se num movimento irresistivel e restituiu à Pátria a independência economica e a soberania politica de que tanto se ressentia. Assim, a 10 de outubro do ano passado, numa verdadeira revolução branca, o povo da Polonia, chefiado pelo grande patriota polones Wladislaw Gomulka, formou se novo govêrno, restabelecendo aquilo que os poloneses amam acima de tudo: a liberdade e a independencia politica.

Posteriormente, em janeiro de 1957, foram realizadas eleições livres e honestas. Pela evolução dos acontecimentos, sabemos que já existem, na Polônia, efetivamente, a liberdade de pensamento, a liberdade de imprensa, a liberdade de associação, a liberdade partidária, franquias essas restabelecidas pelo movimento popular e irrefreável de outubro de 1956. Com a proclamação da liberdade de religião, restituiu-se a liberdade ao Primaz da Polônia, o Cardeal Wyszynski, que se achava encarcerado durante mais de três anos.

Sr. Presidente, as eleições gerais de janeiro último, foram notoriamente livres e limpas na Polônia e o parlamento ora em funcionamento representa realmente a vontade popular. Sublinhamos, com tôda emoção, a constituição do bloco parlamentar católico no Congresso polonês, representado por diversos parlamentares de formação eminentemente católica, eleitos nesse último pleito. Observamos, igualmente, que já foi restabelecida a pequena propriedade, não só de terras, mas também de oficinas e de fábricas, pois o atual govêrno polonês fomenta inclusive a iniciativa particular, financiando a reconstrução de organizaçções dêsse gênero destruidas pela guerra. Verificamos, finalmente, que os tradicionais laços de amizade que sempre uniram a Polônia aos países do Ocidente estão sendo agora novamente restabelecidos e o intercâmbio econômico e cultural entreque aquele País e as nações democráticas é cada vez mais frequente e vigoroso. Com efeito, uma comissão econômica da Polônia visitou há pouco os Estados Unidos da América do Norte, onde conseguiu, com pleno êxito, empréstimo a longo prazo de cem milhões de dólares e promessa de ampliação dêsse financiamento para trezentos milhões.

Saudando o heroico povo polonês nessa magna data das suas mais caras tradições libertárias, fazemos votos para que as memoráveis conquistas obtidas tão gloriosamente em outubro de 1956 permaneçam eternamente, para a honra de sua Pátria e para a a sua felicidade. — (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. JOÃO MACHADO:

(*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente, há dias, tive oportunidade, em discurso que proferi, de salientar a necessidade e a conveniência da concessão à Prefeitura do Distrito Federal de um empréstimo, com o qual pudesse a administração carioca realizar algumas obras indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços públicos e ao bem-estar do povo do Rio de Janeiro.

Fazendo uma relação dos serviços que se tornam mais urgentes, mencionei que a necessidade de socorro imediato ao Distrito Federal, tal qual sucedeu, ainda há pouco, com o Estado de Minas Gerais, decorria principalmente da situação de verdadeira calamidade em que se encontram certos serviços locais, entre êles o do abastecimento dágua.

Ocupo, hoje, a atenção da Casa para assinalar notícia que é da máxima significação para tôda a população do Distrito Federal, qual seja, a inauguração, ocorrida na manhã de hoje, da adução de 210 milhões de litros à rêde distribuidora dágua desta cidade

Realmente, tive oportunidade de assistir à cerimônia, na qual o Prefeito Negrão de Lima movimentou a alavanca do registro, permitindo a entrada dêsse volume considerável do precioso líquido na aludida rêde.

Sr. Presidente, o fato demonstra que a atual administração está realmente empenhada em resolver alguns dos mais sérios problemas da Cidade do Rio de Janeiro. Os 210 milhões de litros que vêm agora reforçar seu abastecimento dágua, sem dúvida, evitarão a falta dêsse elemento indispensável à vida em diversos bairros da Zona Sul e, especialmente, do Centro, pelo prazo mínimo de 5 anos. Assim, a administração carioca torna-se credora da confiança dos poderes públicos, inclusive da atenção do Exmo. Sr. Presidente da República, que, por mais de uma vez tem afirmado seu desejo de satisfazer aos reclamos da população carioca, em seus justos anseios de melhores meios de transporte, de higiene, de educação e de assistência. Não pode, portanto, o Sr. Juscelino Kubitschek deixar de atender ao Prefeito Negrão de Lima, que está inteiramente dedicado a uma campanha de recuperação dos nossos serviços públicos e já demonstrou a necessidade inadiável do auxílio da União mediante, não donativo, mas empréstimo que permita à Prefeitura arcar com a responsabilidade da realização, em curto prazo, de obras que todos sabemos não só da máxima importância, como também de extraordinária urgência.

Sr. Presidente, trazendo ao conhecimento da Câmara o fato da adução de mais 210 milhões de litros dágua ao abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro, quero congratular-me com a população carioca, por obra de tão elevado alcance, a qual vai atenuar um dos seus maiores sofrimentos, ou seja, a constante e torturante escassez do precioso líquido, que a aflige. (*Muito bem*).

O SR. PEDRO BRAGA:

(*Para uma comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, infelizmente a esta tribuna tenho, quase sempre, trazido denúncias contra verdadeiras e fantásticas declarações do atual Govêrno da República.

O "Diário Carioca" desta Cidade, matutino insuspeito, publicou, sábado passado, em grande destaque, declaração do Sr. Ministro da Educação e Cultura, segundo a qual abrira S. Exa. crédito especial de 800 milhões para extinguir o analfabetismo no Brasil.

Por uma dessas coincidências memoráveis, acabo de receber da Assembléia Legislativa de meu Estado o seguinte telegrama:

"São Luiz — Maranhão.

Ao Deputado Pedro Braga:

TL 79 de 4 de abril de 1957. Comunico V. Exa. esta assembléia aprovou requerimento Deputado Raimundo Bacelar, protestando contra deliberação Serviço Alfabetização Adultos, que suprimiu nosso Estado cêrca 400 cursos alfabetização, apelando-me mesmo tempo para que sejam mantidos no corrente exercício referidos cursos, fim não agravar mais deficiência ensino êsse Estado. Atenciosas saudações. — *Edson Freitas Diniz*, Presidente".

Pede-me a Assembléia tudo faça no sentido de que o Sr. Ministro da Educação e Cultura não consuma o atentado que premeditou contra o Maranhão, extinguindo 400 núcleos de alfabetização de adultos.

Sr. Presidente, eis um paradoxo terrível: enquanto o Sr. Ministro da Educação diz que abriu um crédito de 800 milhões para extinguir o analfabetismo, a Assembléia do meu Estado solicita, em telegrama, dirija eu apêlo a S. Exa. para que não extinga 400 escolas locais...

Deixo aqui, portanto, apesar de saber que nada significa, êste apêlo aos poderes da República. Que não se cometa injustiça como esta, que não se pratique leviandade desta monta, porque, se assim acontecer, certamente dentro de muito pouco tempo o Govêrno estará inteiramente desacreditado na opinião pública.

Sr. Presidente, é lamentável tudo isto, mas estou no cumprimento de um dever sagrado que o povo maranhense me outorgou, quando me enviou para representá-lo nesta Casa. Daí por que consigno mais do que meu apêlo aos poderes da República, meu protesto contra o fato. (*Muito bem*).

O SR. FROTA AGUIAR:

(*Para uma comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, ontem, o Sr. Presidente da República, no Estádio do Vasco da Gama, falou à Nação. Afirmou S. Exa. que estava contendo a alta do custo da vida e fêz apêlo a apologia da previdência social.

Quanto à contenção do custo da vida, foi uma declaração irrisória e, segundo estou informado, produziu gargalhadas no meio da multidão. Quanto à previdência social, basta que eu traga para os Anais trechos de uma sentença do Juiz Bandeira Steele, quando S. Exa. absolve um segurado do IAPETC, que, em determinado momento, se revoltou em face do não atendimento de suas súplicas para que fôsse procedida em tempo hábil sua revisão médica. "O Globo" e outros jornais noticiaram o fato. Lê-se em "O Globo": "Arrasador libelo do Magistrado contra a Previdência Social. Um caso que, na opinião do Juiz Bandeira Steele, retrata o estado de saturação a que atingiu o descontentamento do povo, ante a incúria com que são tratados seus mais elementares problemas". E acentua — repetindo um dos trechos da sentença:

> "Na obscuridade de seu prosaísmo, o caso em tela retrata o estado de saturação a que atingiu o descontentamento do povo face à incúria com que, entre nós, vêm sendo tratados os seus mais elementares problemas e particularmente, as coisas da política assistencial e previdenciária. Nesse domínio, assume proporções assustadoras o desapêrto simplista com que, confessando o colapso da administração pública, são obrigados os seus agentes a constante utilização das dissuasivas tabuletas do "aqui não há vagas", tal como vem ocorrendo no caso do acusado, vítima há seis anos de insidiosa moléstia, sem lograr até hoje internação hospitalar por intermédio do seu Instituto".

A seguir, lê-se o seguinte:

"Julgando improcedente a denúncia, o Juiz Bandeira Steele alega que, diante de um sistema tão desoladoramente injusto, seria iníquo pretender que o acusado, vendo frustrado o meio blandicioso da suplicação, não protestasse frente às circunstâncias em que se via; e que, na iminência de ser prêso porque protestava, não usasse da violência moderada e suficiente para arredar do seu caminho aquêle que lhe estorvava os passos, numa injusta agressão ao seu direito de livre locomoção".

Esta, Sr. Presidente, a situação em que nos encontramos. Ali, um operário que protestava contra a incúria da administração pública, foi prêso. Aqui, na Câmara, um Deputado, um representante do povo, só porque faz críticas à administração pública, apontando os verdadeiros culpados, apontando nomes que já deviam estar incriminados, êsse Deputado vem sofrendo as mais violentas perseguições e, se até agora tão lhe cassaram o mandato, foi porque alguma coisa existe por aí que já está pondo em sobressalto muita gente. (*Muito bem*).

O SR. SÉRGIO MAGALHÃES:

(*Para uma comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, conforme esta Casa já está avisada, deve terminar no próximo dia 30 de junho o prazo de vigência da atual lei de comércio exterior.

Nessa oportunidade, uma ou outra providência deverá ser tomada pela Câmara: ou votar o projeto de lei de tarifas, estudado por uma Comissão Especial, ou prorrogar novamente a lei, que já foi prorrogada por períodos de semestres mais de uma vez.

Desejo, portanto, chamar a atenção da Casa para a necessidade de, em vez de prorrogar simplesmente a atual lei por mais um semestre, consoante se tem feito últimamente, votar a nova lei de tarifas, já praticamente elaborada pela Comissão Especial. E, ao fazê-lo, convinha se alterasse o projeto resultante dos estudos dessa Comissão, para que se experimentasse o funcionamento do comércio exterior com uma taxa cambial única do mercado livre, garantindo-se a situação das indústrias mediante as novas tarifas a serem postas em vigor.

Compreendo, Sr. Presidente, que, num País como o Brasil, classificado como subdesenvolvido, cuja economia vive desequilibrada, há necessidade de uns tantos contrôles no comércio exterior. Mas é preciso notar que êsses contrôles só podem ser introduzidos quando se conhece a situação real de nossa moeda. Torna-se necessário observar durante algum período o funcionamento do comércio exterior, sem os contrôles acumulados durante tantos anos e apenas com a barreira da tarifa alfandegária, para que, de conformidade com o valor de nossa moeda e com as diferentes condições que forem observadas no comércio exterior, sejam então introduzidas novos contrôles.

Assim, pretendo advogar, primeiramente, que o Congresso aprove a nova lei de tarifas, deixando de introduzir o sistema de leilões, de ágios superpostos às referidas tarifas. Se fôr vencido nesta parte, irei defender, pelo menos, a taxa cambial do mercado livre para a categoria mais importante, considerada a categoria geral pelo projeto atualmente em vigor. Seja qual fôr o resultado, repetirei a emenda já apresentada por ocasião da última prorrogação, emenda que vai constituir realmente o objetivo final de tôdas as emendas que vou apresentar, ou já, a emenda referentes à remessa de lucros para o exterior. A Casa já demonstrou seu apoio à idéia por mim defendida de acabar com essa exceção de manter um câmbio fixo especial, abaixo de nossa capacidade econômica, para a remessa de lucros para o exterior. De modo que, ao se votar a nova lei de tarifa, será mais uma oportunidade de a Câmara aprovar pela segunda vez esta emenda, que vem dar um fim a essa falsidade, a essa verdadeira sucção na economia nacional, através das remessas de lucros. Será, ao mesmo tempo, um grande passo para a estabilização do custo da vida, tão desejada por tôdas as classes e tão anunciada nos discursos presidenciais. Infelizmente, porém, até o presente momento, não temos dados positivos para poder, de fato, concordar com S. Exa sôbre o estancamento do custo da vida. Prefiro ficar no estudo e na proposição, à Casa, desta medida, que julgo realmente eficiente para o combate à inflação. (*Muito bem*).

O SR. NEY MARANHÃO:

(*Para uma comunicação*) — Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa o seguinte Projeto de Lei:

"O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para que o Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife instale um refeitório com cozinha, para uso dos seus associados.

Art. 2.º A União entregará a referida quantia em duas parcelas, de acôrdo com as compras a serem feitas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — *Ney Maranhão*.

Justificação

Das mais justas é a presente autorização, para que o Govêrno conceda uma verba de Cr$ .... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Recife, para a instalação de um refeitório, que possa aliviar um pouco o aflitivo problema da alimentação de mais de 30.000 trabalhadores no comércio do Recife.

Desnecessário se torna falar sôbre a existência dêsse problema, já por demais conhecido de todos os membros desta Casa e de tôda a Nação.

Todavia, por um dever de justiça, cabe-nos salientar que a concessão dessa verba seria um prêmio à laboriosa classe dos comerciários do Recife, que, a custo de contribuições voluntárias, promoveu uma reforma na sua sede, cuja despesa atingiu a cêrca de Cr$ 600.000,00 para que houvesse lugar para a instalação de um refeitório com cozinha, e que viu ruir todo o seu esfôrço, após tanta luta, impossibilitada de continuar na sua grandiosa obra, por absoluta falta de numerário, já com tôdas as suas fôrças exauridas.

Nessa contingência, não seria possível faltarmos com esta ajuda, a qual irá solucionar um dos mais difíceis problemas daquela classe. — *Ney Maranhão*".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. ARMANDO LAGES:

(*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente, lamentàvelmente, o atual Govêrno de Alagoas tem negligenciado a conservação das principais rodovias, e se essa deplorável incúria persistir iremos assistir ao comprometimento macico do nosso principal sistema rodoviário, em grave prejuízo para a economia e o progresso do Estado. Se o descuido é tão flagrante quanto ao nosso atual sistema rodoviário, muito menos confiantes poderemos estar, sequer alimentar esperanças, de ver conseguido o almejado desenvolvimento tão reclamado pela economia e progresso da terra alagoana.

A desídia governamental é de tal forma gritante que nem mesmo lograram constituir exceção os trechos de pavimentação asfáltica das BR-11 e BR-26, talvez, no caso, mais por capricho político, de vez que essas realizações, fora de qualquer dúvida, representam um ponto alto do Govêrno estadual próximo passado. Consoante ainda as informações extra-oficiais de que temos conhecimento, a C. E. R. de Alagoas alega que os encargos de conservação dos trechos de pavimentação asfáltica das BR-11 e BR-26 são de responsabilidade do D. N. E. R. e à conta disso, aquela C. E. R. talvez levada por um capricho impôsto por quem mais alto grita e impera, cruza os braços e deixa essas magníficas rodovias relegadas a completo abandono. E como o atual Govêrno do Estado de Alagoas não dispõe, até hoje, de qualquer planejamento digno de ser levado a sério quanto ao setor rodoviário,

tampouco se mostrando pelo menos interessado e disposto a conservar o que encontrou de aproveitável deixado pelo Govêrno que o antecedeu, resta-nos, como último recurso, apelar para o D. N. E. R. no sentido de tomar a si os encargos de conservação das importantes rodovias BR-11 e BR-26, trechos com pavimentação asfáltica.

Sr. Presidente, por oportuno, e para dirimir dúvidas a respeito de a quem cabe de fato a conservação das mencionadas rodovias, envio à Mesa requerimento em que solicito ao D. N. E. R. por intermédio do Ministério da Viação, as seguintes informações:

a) se o referido Departamento (D. N. E. R.) assumiu o encargo de conservar as rodovias BR-11 e BR-26, nos trechos cuja pavimentação a asfalto foi executada pela Comissão de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (C. E. R.);

b) em caso afirmativo, se o D. N. E. R. tomou as providências necessárias para tornar efetiva a conservação daquelas rodovias;

c) se o D. N. E. R. tem conhecimento de que um trecho da rodovia BR-26, no local conhecido por Porongaba, está a exigir trabalhs de reparação urgente na pista de asfalto, e, em caso afirmativo, quando serão iniciados êsses trabalhos.

Era o que tinha a dizer (*Muito bem*).

O SR. VASCONCELOS COSTA:

(*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente, o Prefeito de Pirapora comunicou as autoridades responsáveis o naufrágio, naquela cidade, do velho barco de transporte "Wenceslau Braz" que se encontrava ancorado para reparos há quatro anos. O vapor pertencia à Navegação Mineira do São Francisco e o afundamento dá bem idéia do regime e desasjuste em que se encontra aquela emprêsa. E' espantoso o que se está verificando no Vale do São Francisco, no que se refere à navegação, e por várias vêzes temos focalizado o problema desta tribuna.

Um dos objetivos da Comissão do Vale do São Francisco é a realização de entendimentos entre os govêrnos de Minas e da Bahia para a transferência da Navegação Mineira e Baiana para a órbita administrativa daquele órgão federal, através de companhia com capital dos Estados e daquela Comissão, entrando as administrações mineira e baiana com os acêrvos da sua frota de vapores, instalações portuárias e oficinas. As Assembléias Legislativas dos dois Estados concederam autorização aos respectivos governos para a participação na nova emprêsa à qual se agregaria também o acêrvo da Companhia Viação e Indústria Pirapora, do grupo Sá, que explorava também a navegação no Rio. Há mais de um ano foi dada autorização legislativa mas, neste período, a única coisa feita foi a encampação da Viação e Indústria pela Comissão do Vale. Nada se concretizou relativamente as duas emprêsas estaduais, que estão vivendo num regime de deficits permanentes, pela precária frota e irracionalização do serviço de pessoal, por influência política. O govêrno mineiro não se interessa pela melhoria da navegação, porque a companhia vai ser integrada num sistema novo, a cargo da Comissão do Vale e esta, por sua vez, não providencia a rápida conclusão do convênio que formará a nova emprêsa. E com isto definha, completamente, o sistema de transporte fluvial no Estado, com gravíssimas repercussões na economia de tôda a região ribeirinha, afetando as relações mineiras com a zona baiana dependente do grande rio.

Poder-se-ia explicar, nunca justificar, êsse regime se estivesse programada uma recuperação da frota, reaparelhamento dos postos e outras providências correlatas para depois que fôsse elevada a lâmina d'água e regularizado seu curso com a construção da Barragem das Três Marias. Mas nem isto está sendo feito, ainda que seja um plano por muitos considerado para solução muito posterior.

Os governos estadual e federal hão de convir que existe uma situação de fato que precisa ser encarada já. O transporte fluvial desaparece lamentavelmnete e não há outra via para o contato social e a movimentação de mercadorias industriais e agrícolas. As autoridades governamentais e os líderes legislativos acompanham com abulia o drama que se desenrola no vale sanfranciscano, como se fôsse problema sem solução. E' uma imensa região do Noroeste Mineiro e parte da Bahia que se sente seclonada do todo nacional com o estrangulamento da navegação no São Francisco. Mas nem isso sensibiliza os responsáveis.

Diversos apelos têm sido dirigidos ao Govêrno da União no sentido de a Comissão do São Francisco abreviar a solução do assunto, mas, até o momento, nada se conseguiu de positivo.

O fato é que a imensa estrada natural, de 239 léguas, que vai de Pirapora a Joazeiro, não pode ser relegada ao esquecimento e ao abandono, pois, além de servir a uma vasta região interior, grandes serviços já prestou ao país (*Muito bem*).

O SR. ULTIMO DE CARVALHO:

(*Para uma comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, magnífico e patriótico discurso pronunciado ontem, Dia do Trabalho, o Sr. Presidente da República. Para que conste dos Anais desta Casa, solicito seja transcrita, na íntegra, a oração de S. Exa.

"Falo-vos, meus amigos, não apenas como Chefe da Nação, mas como um de vós também como um trabalhador, um homem que não vos traiu jamais e não se esqueceu um só dia dos seus deveres em relação a vós, e que, de primeiro de maio a primeiro de maio, estêve sempre inalterâvelmente solidário com os que lutam, com os que precisam conquistar o direito à vida através de uma atividade incessante. Não venho à vossa reunião de hoje na qualidade de político que, tendo atingido o pôsto supremo de seu país, julga útil para si mesmo angariar as graças e a simpatia das massas trabalhistas. Compareço a êste encontro como homem do povo que sou, e orgulhoso de o ser, orgulhoso de ter partido na vida da estaca zero, e de me ter conservado fiel ao meu destino, à minha qualidade de trabalhador. Aqui, nesta vossa festa, que, também é a minha, sinto-me como um companheiro de luta entre os seus pares, como um vosso irmão, a quem os desígnios da Providência, tantas vêzes velados à vossa compreensão imediata, confiaram missão difícil e grave. A vosso lado experimento a sensação de ser amplamente apoiado nos meus objetivos, de estar cercado de uma inquebrantável solidariedade na campanha em que nos empenhamos pelo desenvolvimento de nosso País.

Não é necessário servir-me de qualquer artifício de retórica para falar-vos: devo até recusá-lo, decididamente. Diante de vós, trabalhadores, operários, homens que lutais pelo pão de cada dia, ficam dispensadas as roupagens da eloqüência; basta falarmos na nossa linguagem para que entre nós não haja incompreensão. Quero que sejais hoje os meus confidentes. Pertenço à vossa família, porque nela nasci; não tive pai alcáide, nem parentes poderosos. Aprendi, desde cedo, que é trabalhando que nos aproximamos da virtude, conquistamos os direitos mais sagrados, entre os quais sobreleva o de sermos credores do respeito de nossos semelhantes; que trabalhando é que se honra a Deus, e se dignifica a vida. Mal começava eu a perceber o mundo, e já entre as primeiras noções que recebi se incluía e se destacava esta, a de que é imprescindível trabalhar para valorizar a existência. Não tive escola melhor, nem outro mestre que mais me ensinasse as coisas do mundo, que o trabalho. Em todos os cargos que ocupei, posso nem sempre ter acertado, posso ter cometido erros de julgamento, mas nunca deixei de ser um operário infatigável da administração. Por mais que madrugueis para iniciardes as vossas lutas, não me precedeis, trabalhadores, não acordais para os labores diários mais cedo do que eu. E se na partilha das agruras terrestres não me cabe, nos dias de hoje, mas que também conheci de perto, o desconfôrto das viagens incômodas nos transportes coletivos e tantas outras dificuldades que ainda vos assoberbam, sobram-me numerosas e, não raro, dolorosas ocupações que não cessam um só instante, pois é pesada a tarefa de conduzir a bom pôrto, dentro da lei, da justiça, das diretrizes honestas, êste nosso país, fazendo-o avançar, fazendo-o tornar-se nação independente de fato, em condições de proporcionar uma vida digna de seu povo. Vós bem sabeis o que desejo; de minha parte, julgo não ignorar o que pretendeis, aquilo a que aspirais, enfim, os vossos anseios.

Tenho conscienciosa noção de que um só objetivo nos une, nos congrega, nos faz marchar juntos, que a nossa ameta comum é vencer as resistências que procuram enfraquecer o Brasil, retardar-lhe o passo, criar obstáculos à nossa expansão, impedir a conquista da posição internacional a que nossa Pátria tem direito certo, indubitável.

Armam-se constantemente conjurações contra a caminhada que empreendemos para o seu engrandecimento: são os interêsses políticos contrariados que se empenham em manter acesa a chama da desordem. Os mesmos elementos, já agora envelhecidos no ódio incansável e impotente, tentam inùtilmente renovar os seus perversos sortilégios.

Sei bem, operários, homens que levais a vida na luta honrada, e vós também o sabeis, com que adversários deparamos todos nós, que amamos o Brasil, quando nos desvelamos para que esta Nação cresça e cumpra o seu destino. Ninguém vos iludirá, ninguém disfarçará a verdade de que existe uma contínua conspiração contra o desenvolvimento do Brasil. Quem quiser torná-lo forte, quem quiser que todo o povo brasileiro desfrute do confôrto compatível com a dignidade humana, se alimente e se mantenha como sêres feitos à imagem e semelhança de Deus, terá de contar com inimigos poderosos, pelejar em lutas árduas, conhecer processos infames de combate, enfrentar adversários encarniçados. Tôdas as iniciativas que importem em engrandecimento nacional, tôdas as medidas que signifiquem melhoria positiva do nível de vida da nossa gente e acertar o passo de nosso País encontram fôrças opostas que procuram confundir, desorganizar, por meios e modos os mais diversos, a fim de que não triunfe a boa causa, que é a da nossa prosperidade, a de paz de nossas famílias, a do sossêgo do nosso lar. Qualquer providência salvadora, qualquer gesto visando a estabilizar os preços, ou reduzi-los, qualquer movimento de sadio nacionalismo, e logo recrudesce o ataque, a mistificação, a intriga.

É que êsses eternos descontentes estão vinculados ao atraso do Brasil e só vingam e se fortificam na medida em que êle se enfraquece e as dificuldades que pesam sôbre os vossos ombros se tornam maiores e mais insuportáveis. São êles fôrças maléficas, que se alimentam de desgraças e desaparecem e perdem a voz cada vez que o céu está azul, as culturas dão frutos abundantes e a prosperidade se aproxima e toma formas visíveis. Para sua própria defesa, para que representem um papel no cenário nacional, é indispensável o desassossêgo, a guerra, o luto. Nenhum Govêrno que trabalhe para realizar algo de bom e que preconize a paz social e a paz política serve a êsses insaciáveis que precisam das tempestades de intranquilidade para que sejam percebidos.

Falo-vos diretamente, meus amigos operários; falo-vos, para dizer-vos que não é a mim que combatem quando me procuram destruir, mas ao esfôrço indormido que fazemos todos nós para que o Brasil explore as suas riquezas, para que não sejamos dependentes de outros países, para que os preços das utilidades se tornem acessível a tôdas as bôlsas. O que procuram desarticular, amortecer, desanimar, é o ímpeto, o amor ao trabalho, o ânimo dos dirigentes, a fim de que desistamos da emprêsa patriótica de operarmos uma transformação fecunda valorizando a terra, fazendo-a produzir o que fàcilmente pode produzir, de modo a permitir que não sòmente os privilégios logrem viver dentro das exigências mínimas de confôrto e segurança. Não é à minha pessoa que visam, nem ao meu Govêrno que tentam tumultuar, mas à possibilidade de fazer desta Nação o que ela deve tornar-se; a luta é contra o trabalho meritório, é contra os desassistidos, é contra os pobres, é contra os homens de boa vontade e principalmente contra as leis que garantem as justas conquistas que usufruis hoje, emanadas do Govêrno do nosso grande amigo Presidente Getúlio Vargas, cujo nome pronuncio com o mais reverente respeito e que deve ser sempre lembrado pelo permanente amor que dedicou aos humildes, ao povo, e pela trágica desventura com que se encerrou sua vida, vítima que foi de rancores que ultrapassaram de muito as fronteiras da política e atingiram uma região de brutalidade, que todos os homens sérios e bons de qualquer partido condenam, reprovam, consideram oposta à índole generosa dos brasileiros.

Quero, diante de vós, tomando-vos como testemunhas do que afirmo, declarar, para que todos o saibam, que perdem o seu tempo e inutilmente porfiam os que conspiram contra a paz, contra os vossos direitos que só valem de fato num país organizado e próspero. Os que ensaiam destruir e desesperançar-vos do advento de uma era melhor, em que a vida seja mais generosa e os vossos salários não apenas nominais e ilusórios, mas reais; os que desejam prosseguir na faina de solapar as instituições não encontram hoje terreno fértil e presas fáceis. O espírito da legalidade não é, nos dias que passam, coisa frágil, mas fôrça profundamente enraizada na consciên-

cia dos brasileiros. Ninguém mais destruirá em nosso povo o respeito à ordem em que estão contidas a justiça social e a nossa convicção democrática. O meu Govêrno, que tem patenteado a isenção e tolerância exemplares para com os seus maís ferrenhos adversários, com propósitos de paz, na verdade evangélicos, que podem parecer até mesmo fraqueza aos observadores superficiais, o meu Govêrno, que vem continuamente demonstrando ser um dos seus ideais mais elevados o congraçamento da família brasileira, não está agindo assim, trabalhadores, não persevera em desarmar opositores por temor ou debilidade. Estou cumprindo a minha obrigação quando me empenho a fundo na solução de seus problemas fundamentais ou quando zelo para que não vos falte trabalho. Sou advogado e obediente servidor da lei e do regime. E quem procede dessa forma nada receia e pode confiar em que sua autoridade será sempre respeitada, e se fará exemplarmente respeita tôdas as vêzes que o dever funcional o exigir. A fôrça moral de uma causa grande que me acompanhou e escudou desde os primeiros instantes da campanha memorável que me levou à Presidência da República, a fôrça moral que me amparou quando vos queriam, alguns poucos revoltados, impedir de escolher o candidato que desejáveis, a fôrça da razão e do direito que me valeu, a mim, a vós e ao Brasil na hora decisiva, essa mesma fôrça ponderável operou a consolidação do regime e deu ao Govêrno os elementos com que preservar as instituições, tornar *duradoura a paz, sofrear as injustiças*, assistir os que trabalham nas suas justas reivindicações, que só serão justas, não preciso repetir-vos, na medida em que o forem para tôda a coletividade.

E' sem arrogância e sem hesitação que vos digo, operários, servidores do País, gente limpa e honesta que aqui vos concentrais, que, na minha difícil passagem pela Presidência da República, o trecho mais áspero já foi vencido, cedeu a borrasca e podemos vislumbrar tempo firme. Já vos posso anunciar que a ascenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade está sendo enfim detida: baixam de maneira sensível alguns produtos e, em virtude de providências que em breve vão começar a repercutir eficazmente, não só reteremos novas tentativas altistas mas ainda deteremos a elevação do custo daquilo que vos é indispensável a uma vida decente. Não propalo fantasias; não me proclamo, a mim e ao meu Govêrno, agentes milagrosos; tenho bem vivo o espírito da modestia para deixar de confessar-vos que Deus nos ajudou êste ano e abençoou o Brasil. As safras foram abundantes. Mas que ajudamos a Providência a ajudar-nos, não posso deixar de reconhecê-lo eu próprio, ao prestar-vos agora contas que vos devo porque em mim confiastes; nem deixará de reconhecer que lutamos com decisão, perseverança e sacrifício o amante da verdade. A terra produziu mais e melhor êste ano. Não descansei, não descansou o Govêrno, entretanto, sôbre os anúncios da fartura. Não houve um só dia em que o Presidente da República, pessoalmente, não apelasse, insistisse, providenciasse para que os frutos da terra não se perdessem. Ao favor dos ceus procurou minha administração corresponder com diligência. Considero ponto de honra não consentir-se que continue a vida pela hora da morte, como se diz a certa e expressiva linguagem do povo. A vossa grande defesa, a do Brasil mesmo, tem na detenção da alta de preços o seu dique principal, o seu ponto superior de resistência. Não haverá nada que perdure, ou se salve, se se mantiver o aviltamento de nossa moeda. Seria criminoso permitir um Govêrno sério que fôsseis enganados com simulações. Deveis conhecer diretamente a verdade, e a verdade é que o vosso interêsse está em primeiro lugar, na valorização do que vos pagam, e o indeclinável dever de quem se considera e quer ser considerado vosso amigo consiste em assegurar-vos o trabalho, resguardando-vos do desemprêgo. Não haverá — guardai bem estas palavras — nenhum homem que trabalhe satisfeito e protegido numa nação miserável, desorganizada, com moeda vil, sem crédito externo. Nenhuma classe sobrevive ou se exclui do perecimento nacional. Quem vos disser o contrário, não vos fala a linguagem que mereceis ouvir. Não basta ter direitos, ou enfileirar vitórias nominais, é preciso que êsses direitos e essas vitórias signifiquem e valham. Haja o que houver, doa a quem doer, sofra eu qualquer espécie de assedio, de combate, de pressão, mas não se desviará minha administração do seu estrito dever que é o de impedir que perca a nossa moeda o seu poder aquisitivo, o seu valor, o que constitui perigo extremo para a nação, para o seu conceito, para a sua vida e para a própria segurança e garantia do vosso patrimônio, consubstanciado nas leis trabalhistas que vos garantem.

A preservação da ordem, que é causa suprema do momento, pois sem ordem não se poderá verificar a revolução pacífica mas heróica de fazer dêste País um dos mais poderosos do mundo; a causa da ordem que é a da própria civilização brasileira tem uma das suas seguranças, uma das suas trincheiras, na defesa do valor da moeda. Não consentir que por mais que vos paguem vos reduzam sempre à maior pobreza; não consentir que vos iludam com promessas e vos ofereçam uma realidade amarga, é o imperativo de honra que não me furtarei de obedecer, custe o que custar, qualquer que seja o preço. Não gosto de grandes frases, não se coadunam com o meu temperamento expansões imoderadas: mas quero insistir diante de vós, meus amigos, repetindo-vos que não cederei um só passo face a qualquer atentado à ordem, compreendida em todos os seus aspectos.

Qualquer que seja o risco em defender o regime e a ordem, eu correrei sem alarde, mas com inabalável decisão.

Quer informar-vos e manter-vos a par das grandes obras e projetos em andamento e que levaremos a têrmo, pois estas obras, que são a construção básica sôbre a qual se desenha o futuro do país, configuram também o destino de todos nós como brasileiros e têm de cada um de vós o suor e o sangue. Quero participar-vos que, ao prometer estradas, não eram vãs as minhas palavras. Já está em franca execução o programa do Plano Nacional Rodoviário, que implicará o investimento anual de 14 bilhões de cruzeiros durante o próximo qüinqüênio. No setor da energia, "Três Marias" e "Furnas" são obras que estão em início de encaminhamento, mas para as quais já temos recursos previstos. Isto significa mais 1.500.000 kws instalados, que propulsionarão, de par com o nosso progresso industrial, a melhoria do nível de vida do operário e que produzirão recursos em nosso interior, onde a população tem lutado há longos anos desassistida dos poderes públicos. Não preciso esclarecer que um potencial elétrico dessa grandeza virá provocar, mesmo no panorama nacional, o advento de uma era nova, de um outro Brasil. Quero anunciar-vos que a indústria automobilística do País está com seus rumos definitivamente traçados e em execução e que nos próximos três anos teremos aqui fabricados caminhões, ônibus, assistências e todos os veículos motorizados tão necessários à nossa vastidão territorial e dificuldades de transporte. Solucionamos êste magno problema aliados à iniciativa privada, tanto nacional quanto estrangeira, que, compreendendo a institucionalização decisiva de nosso País dentro da legalidade e da ordem, se tem mostrado cooperadora incansável e agente de nosso progresso.

Esta impressionante metamorfose do parque industrial brasileiro está intimamente ligada à solução do aumento dos suprimentos de aço brasileiro, a qual está sendo conduzida pela multiplicação das fontes produtoras, além do incremento de capacidade das unidades já existentes. Assim é que Volta Redonda deverá estar com seu plano de 1 milhão de toneladas pronto em data próxima.

No que vos toca particularmente, quero dizer-vos que o problema das habitações populares vem merecendo as atenções do meu Govêrno, para que assim fiquem aliviadas as bôlsas do povo do pesado ônus dos alugueres. Vimos estudando afincadamente como resolver de uma vez por tôdas o serrisimo problema da instrução dos vossos filhos. Temos de criar, e criaremos desde já, mais escolas primárias, secundrias, industriais e agrícolas — e criá-las-emos, não há dúvida. A instrução é a mais valiosa das heranças que podeis deixar a vossos filhos. Prometo-vos que nisso também o meu Govêrno h de ajudar-vos. Acabeis de realizar a Primeira Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, em sintonia com os sentimentos dos vossos companheiros que constrêem a nossa grandeza econômica nas unidades da Federação, numa prova de vitalidade da estrutura sindical. Embora já houvesse eu debatido as questões do vosso temário, com os principais líderes determinei ao meu devotado Ministro do Trabalho, que recebesse as conclues dessa Convenção, estudando-as de modo a me ser possível o encaminhamento das soluções, com a brevidade exigida pela importância dessa matéria. Deus sabe que vos falo de coração aberto e que nada do que vos toca me é alheio ou indiferente.

Conto com o vosso apoio para realizar a grande obra nacionalista que se impõe. O Nacionalismo que objetivamos é o que se fundamenta em nosso desenvolvimento.

O Nacionalismo que convém ao Brasil é o que tende a colocá-lo entre os demais países do mundo em condições de fazer de igual para igual, sem nenhuma subserviência, sem nenhum receio, sem nenhum sentimento de inferioridade. Não é nacionalismo o que nos conduz a estender a mão e implorar ajuda. O Brasil não precisa mendigar. Se solicita apoio e colaboração de fora, tem também o que oferecer. Nacionalismo não é paixão fanática, grosseira, deformadora, imoderada mas consciência nítida e um nobre amor ao seu país, que inspira o desejo de defendê-lo servi-lo, honrá-lo. O Nacionalismo não é arma política, mas um estado de alma elevado, um sentimento igual ao que os filhos devem dedicar aos que lhes transmitiram a vida. Presidente da República, necessito de vós, trabalhadores, mais do que como candidato, para levantarmos, juntos, o Brasil, para apresentá-lo ao mundo como um grande país respeitado, onde reine para todos a mesma justiça, onde todos tenham o mesmo direito de viver como merecem os homens. Não vos faltarei em nenhum momento; estou certo de que também não me faltareis nesta luta contínua em que já estamos triunfando. Quero seguir ao vosso lado sempre adiante, ombro a ombro, na marcha em favor do nosso grande ideal que é o da recuperação e do fortalecimento do Brasil, grande nação".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. AZIZ MARON:

(*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente, Srs. Deputados: venho ocupando, ultimamente, a tribuna da Câmara para tratar da situação da lavoura cacaueira no Estado da Bahia. Tenho tido ocasião de transmitir à Casa e às altas autoridades do País os reclamos, os anseios e as reivindicações dos lavradores baianos, bem como as providências que o Govêrno vem adotando, no sentido de minorar as dificuldades e de sanar os percalços dos lavradores na conjuntura econômica que ora estão atravessando. Como todos sabem, o Govêrno da República baixou decreto instituindo o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira. Êsse decreto, baixado em 20 de fevereiro, até hoje, embora regulamentado, ainda não entrou em execução; aliás, não será a sua execução o remédio imediato para as necessidades dos lavradores de cacau, pois, êle encerra solução a longo prazo.

Entretanto, Sr. Presidente, depois da instituição dêsse plano foram adotadas outras medidas: primeira, a prorrogação dos compromissos dos lavradores no estabelecimento oficial do Govêrno, o Banco do Brasil até que o Plano viesse a entrar em execução; segunda, a fixação de um preço de sustentação para o cacau, a fim de permitir ao lavrador resgatar seus compromissos, diante das dificuldades tremendas em que se encontra, porquanto, como já acentuei, o custo da produção atinge a cifra de Cr$ 165,00, enquanto a mercadoria vendida, para entrega a têrmo, não ultrapassa Cr$ 150,00.

Essas duas últimas providências foram determinadas pelo Govêrno da República cujo empenho em atender à lavoura bem merece, pela sua boa vontade e compreensão, os nossos, credenciando-se à sua gratidão.

Os exportadores de cacau todavia, diante dos estudos do ilustre baiano, Tosta Filho, de quem podemos divergir em pontos de natureza econômica, mas a quem não podemos acusar de um gesto, de uma idéia, de uma ati-

tude irrefletida ou contrária aos interêsses do País, os exportadores, repito, frente aos estudos de fixação de um preço de sustentação, contudo aprovados, em princípio, pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente da República entraram no mercado adquirindo a mercadoria à base de ..... Cr$ 300,00, preço de sustentação adotado pelo Govêrno, e cujas instruções seriam baixadas, posteriormente pelo Conselho da SUMOC. Aconteceu então, o seguinte: os exportadores ingressaram no mercado, adquiriram a mercadoria a Cr$ 300,00 e ficaram aguardando as instruções do Conselho da SUMOC, que não foram baixadas.

Por três vêzes, ocupei a tribuna da Câmara para reclamar a reunião dêsse Conselho, que fôssem baixadas as instruções para regulamentar êsse comércio e, sobretudo, adotadas medidas a fim de atenuar a situação daqueles lavradores, que antes dos estudos de fixação do preço de sustentação, já haviam vendido a mercadoria a baixo custo. Cêrca de cem mil sacos foram vendidos a preços vis, de Cr$ 100,00 e Cr$ 120,00 para entrega futura no mercado consumidor e que mereciam e exigem a atenção do Poder Público. Diante da demora do Conselho, retiraram-se os exportadores, estabelecendo-se o pânico na zona cacaueira, de tal ordem, de tal maneira, que os lavradores ameaçam abandonar as fazendas, suas colheitas, porquanto não podem satisfazer as despesas do custo de produção nem pagar o salário-mínimo, e já não podem mais pagar os impostos devidos aos municípios ao Estado e à União.

Vieram, então, reclamos para o Rio de Janeiro, dirigidos ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Banco do Brasil. Ainda ontem, tive ensejo de conferenciar com o Chefe da Nação, a cuja presença levei uma comissão de vereadores do município de Itabuna, participantes do Congresso dos Municípios Brasileiros, Gidaethi Pereira, João Santana e Milton Viterbo que lhe fizeram uma exposição da lavoura baiana. Manifestou então S. Exª estranheza diante do fato de não haver sido, ainda, resolvido o problema e afirmou terem sido suas instruções no sentido do atendimento à pretensão dos lavradores de cacau.

Hoje também, pela manhã, em entrevista com o Ministro da Fazenda, que recebeu os representantes baianos no mencionado Congresso, acompanhados dos Srs. Deputados Oliveira Brito e Nonato Marques, excusemos a S. Exª as reivindicações imediatas da lavoura cacaueira e, nessa oportunidade, tivemos, também, a colaboração do Governador do Estado Dr. Antônio Balbino que se solidarizou ao nosso movimento, na defesa intransigente dos interesses da Bahia.

Venho a esta tribuna, novamente, Sr. Presidente, protestar contra a demora das providências por parte do Conselho da SUMOC, pois o cacau representa o nosso segundo produto de exportação. Estou seguramente informado de que outros interêsses políticos, relativos a outras fontes econômicas, vêm interferindo nesse caso, com o objetivo de não ser fixado o preço de sustentação do cacau, sob a ameaça de que outros produtos brasileiros irão reclamar idênticas providencias que a situação econômico-financeira do País, em tremenda conjuntura, não comporta. O problema é simples: se o cacau não interessa ao Govêrno da República, que sejam, então, devolvidos à lavoura cacaueira os ágios auferidos nas licitações cambiais, orçados em treze bilhões de cruzeiros. Se o cacau lhe interessa e atravessa situação de desgraça, que o Govêrno cumpra o seu dever, acudindo imediatamente às reivindicações cacaueiros porque, quando a desgraça cair sôbre outros produtos, nós, os homens do cacau, aqui estaremos para também ajudar o Govêrno a solucionar o problema. O que não é possível é que interêsses econômicos de outras regiões ou interêsses políticos de outros Estados interfiram na solução de problema eminentemente baiano e também eminentemente nacional.

Os homens do café, por exemplo, que estão sempre interessados, nesta conjuntura econômica, em impedir a fixação do preço do cacau, pleiteiam, também, um preço de sustentação para o café. Neste particular, não lhes assiste razão, já por ser a produção cafeeira de muito superior à do cacau baiano, já porque a cotação do café no mercado internacional e de cêrca de 57 cents a libra-pêso, muito superior, portanto, à atribuida ao cacau baiano, que não ultrapassa, nesta altura, 22 cents a libra-pêso.

Sr. Presidente, vivemos num país onde todos somos irmãos. Se, por conseguinte, a desgraça, cai sôbre um Estado, deve êste merecer a atenção de todos os brasileiros nascido em quaisquer pontos da República.

Não é possível, Sr. Presidente, fiquemos à espera dessas medidas, enquanto o pânico se alastra na zona caucaeira e os homens abandonam suas fazendas porque não têm recursos para colhêr os seus produtos, ficando os trabalhadores sem receber seus salários mínimos, porque a lavoura não lhes pode pagar.

nem nos dispensa emm m m mmm

Enquanto isso, estamos sujeitos e ninguém prorroga, nem nos dispensa do pagamento de impostos, elevados, tanto aos Municípios, como ao Estado e à União.

A lavoura está no direito de exigir que o Govêrno volte as suas vistas para ela, e que, em troca dos 13 bilhões de cruzeiros que tem dado para os cofres da Nação, lhe dê, ao menos, uma compensação, que é o atendimento de suas primeiras e primordiais necessidades nessa conjuntura econômica, cheia de dificuldades, por que atravessa através de medidas que reputo singelas se, para adotá-las, houver bôa vontade e consciência de dever.

Faço questão de dizer que a lavoura não está estendendo a mão para pedir esmolas, nem estou aqui solicitando favores do Govêrno, porque é um direito legítimo que a lavoura do meu Estado tem em reclamar, aos podêres da República, melhor tratamento, vez que tem contribuido com 70% para as rendas do Estado, ocupando o segundo lugar na produção de divisas nacionais.

Por conseguinte, o Govêrno está no dever imperioso de acudir a essa lavoura, que lhe deu, até agora, como receita, na licitação dos ágios, treze bilhões de cruzeiros, e que, por certo, não estaria em crise se essa soma lhe fosse, como de direito, entregue ou devolvida para prover a sua sobrevivência.

Transmito apêlo à Casa, e desta Casa aos altos podêres da República, para que se não façam demorar as instruções que os lavradores da Bahia estão reclamando e que, neste momento, cumprindo meu dever, faço inscrever nos nossos Anais.

Ainda ontem, chegava da zona cacaueira o jornalista Carlos Pereira Filho, transmitindo o quadro verdadeiramente dantesco por que passa a lavoura cacaueira do meu Estado: abandono da lavoura, inquietação social, fermentação de ódios, iminência de greves, miséria, desolação...

Estou certo, Sr. Presidente, de que os estudos do Dr. Tosta Filho serão mantidos e de que o Govêrno da República, para não deixar um dos seus auxiliares imediatos em situação difícil, não demorará em atender aos reclamos da grande lavoura do cacau, sustentáculo da economia da Bahia e do Brasil. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. LINO BRAUN:

(*Para uma comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente e Srs. Deputados muito se tem reclamado ultimamente sôbre a falta de praça nos nossos navios mercantes, mormente nos de cabotagem. Graças, no entanto, ao esfôrço do Govêrno, tem melhorado um pouco ultimamente a situação, embora ainda nos portos do Rio Grande do Sul esteja acumulada grande quantidade de banha, charque e trigo. Mas podemos noticiar que veio dos portos do Rio Grande do Sul o "Ari Parreiras", navio transporte da Marinha Mercante, trazendo cêrca de duzentas toneladas de banha das duas mil toneladas existentes nas docas de Pôrto Alegre. Assim também os vapores "Carioca", "Rio Gurupi", "Alegrete" e "Olapoque" proximamente chegarão àquele pôrto. No entanto, reconhecendo as naturais dificuldades ainda existentes, e querendo colaborar com o Govêrno, envio à Mesa o seguinte pedido de informações (*lê*):

"Colhendo em boas fontes informações de que há carência de câmaras frigoríficas para satisfazer o transpôrte da crescente produção gaucha, bem como sabendo dos protestos de órgãos das classes conservadoras, reclamando a falta de câmaras frias dos navios, que freqüentam os portos sulinos, principalmente o do Rio Grande e Pelotas;

Sabendo, no entanto, existirem mais do que suficientes câmaras frigoríficas nos navios da nossa frota mercante e sabendo que maioria dos navios com câmaras frias, adquiridos recentemente nos Estados Unidos pela Companhia Costeira, vem operando com essas câmaras paralisadas.

Solicito ao Exmo. Sr. Ministro da Viação as seguintes informações.

1) Se êstes navios saíram dos Estados Unidos com as Câmaras frigoríficas devidamente recondicionadas?

2 Quais os navios dos 12 já adquiridos, que já chegaram ao País, e seus nomes?

3) Quantos dêles, desde a chegada ao País, freqüentaram os portos do Rio Grande do Sul?

4) Qual a tonelagem e a cubagem das câmaras frigoríficas de cada um dêsses navios?

5) Se as mesmas estão paralisadas por deficiência de suas instalações ou se por falta de condutores especializados dêsses tipos de máquinas?

6) Quais as providências que vem tomando a Comissão de Marinha Mercante no bom zêlo para a eficiência do nosso transporte de mercadorias frigorificadas?

7) No caso das câmaras frigoríficas defeituosas, apontar as deficiências técnicas de cada uma delas e se êstes defeitos eram conhecidos no momento da aquisição dos navios?

8) No caso de as instalações de câmaras frias estarem em perfeitas condições técnicas, por que as mesmas trafegam paralisadas e por ordem de quem?

9) Se há falta de condutores técnicos de câmaras frias, por que não são convocados técnicos aposentados do Lóide Brasileiro, oferecendo-se-lhes gratificação adequada?

10) Quanto a um grande navio do Lóide Brasileiro, o Goiasloide, informar por que desde o ano passado não freqüenta os portos do Rio Grande, sabendo-se possuir a maior câmara fria, com capacidade de 3.300 metros cúbicos?

11) Informar se êsse navio está avariado, em reparos ou se fêz viagens outras, com as câmaras paralisadas ou não, e quando retornará ao transporte nos portos do Rio Grande do Sul?".

São estas, Sr. Presidente, as informações que solicito neste momento, esperando pronta resposta. (*Muito bem*).

O SR. RUY SANTOS:

(*Para uma comunicação*) (*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, do meu pacífico recanto, chamado em outros tempos o tranqüilo Recôncavo Baiano, venho acompanhando há vários meses o endeusamento, dêstes microfones e daquela tribuna, do atual Govêrno da República, pela solução que la dar ao problema da crise do cacau baiano.

Ouvi mesmo, certa feita, o eminente Deputado Aziz Maron, apesar de trabalhista, declarar que o Sr. Juscelino Kubitschek foi o Presidente da República que melhor atendeu aos interêsses da zona cacaueira da Bahia. E diz S. Exa., aqui a meu lado, que fêz justiça. Pois bem: o Sr. Juscelino Kubitschek baixou decreto, para solução da crise do cacau, em fevereiro do corrente ano; êsse decreto precisa de regulamentação; após a regulamentação virão as instruções — declarou-se ainda há pouco dêste microfone; depois das instruções, os memorandos. O certo é que os exportadores iniciaram, de acôrdo com a autorização por êles recebida, a compra do cacau a trezentos cruzeiros. E hoje fui procurado por vários prefeitos do Sul baiano que me denunciaram que o Govêrno trama, e trama criminosamente, reduzir êsse preço, após ter autorizado a compra a trezentos cruzeiros.

Diz o Sr. Aziz Maron que a culpa não é do Presidente Juscelino Kubitschek, que é um homem bom; que a culpa não é ainda do Sr. José Maria Alkmim que ainda é melhor; que a culpa não é tampouco do Sr. Tostes Filho, que é um baiano ilustre. A culpa não é de ninguém! E disse ainda há pouco o nobre Deputado Ultimo de Carvalho, lendo o discurso — o magnífico, o maravilhoso discurso de ontem, aos trabalhadores, do Sr. Juscelino Kubitschek — que o de que se cuida é de tumultuar seu govêrno. Mas quem o tumultua é S. Exa. mesmo, porque promete e não cumpre; baixa atos e não os faz cumprir; promete à lavoura uma coisa e não concretiza a promessa.

Disse, há pouco, o nobre Deputado Aziz Maron que a desgraça vai cair sôbre o cacau brasileiro. Infelizmente, para todos nós, essa desgraça caiu sôbre todo o Brasil, com a eleição e a posse do Sr. Juscelino Kubitschek! (*Muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se ao grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Raimundo de Brito.

O SR. RAIMUNDO BRITO:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, venho à tribuna tecer considerações em tôrno do discurso aqui pronunciado, a 23 do corrente, pelo ilustre Deputado Hermes de Souza, e relativo à justa e a oportuna pretensão da Prefeitura de obter do Govêrno Federal o empréstimo de 3 bilhões de cruzeiros.

O primeiro reparo que poderia acudir ao espírito dos colegas seria o de que, não sendo Deputado pelo Distrito Federal, aqui viesse eu assumir a defesa de sua Prefeitura. Contraponho, entretanto, a êsse possível reparo a circunstância de que nesta Casa represento o povo brasileiro, e, mais, a de que resido na Capital da República.

Por outro lado, a vida, o destino, as condições de uma cidade como o Distrito Federal, sede, coração, cérebro, base de todo o país, interessam a todos os brasileiros, porque uma crise irremediável nesta cidade terá repercurssões infinitas na vida e no destino do Brasil.

O Sr. João Machado — Permite o nobre orador?

O SR. RAIMUNDO BRITO — Com muito prazer.

O Sr. João Machado — As condições em que o prezado colega se apresenta para debater a situação do Distrito Federal, não sendo representante do povo carioca, dão a V. Exa. muito mais autoridade, porquanto V. Exa. poderá fazer um juízo destituído de paixão...

O SR. RAIMUNDO BRITO — Agradecido.

O Sr. João Machado — ... com absoluta isenção e encarando com realismo o que ocorre no Distrito Federal, no momento. Portanto, ninguém poderia, de boa fé, levantar contra V. Exa. a alegação de que, não fazendo V. Exa. parte da bancada do Distrito Federal, não teria autoridade para focalizar assuntos a êle pertinentes.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Agradeço o aparte do nobre colega, observando, ainda, que, além do mais, vou, por minha vez, comentar discurso de Deputado gaúcho, representante do extremo sul, o ilustre Deputado Hermes de Souza.

Sinto-me, pois, à vontade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para ingressar na matéria.

O nobre Deputado Hermes de Souza, a rigor, não impugnou o empréstimo pretendido pela Prefeitura. S. Exª cujo critério e equilíbrio conhecemos, limitou-se a estranhar que semelhante empréstimo fôsse financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Ora, a Prefeitura encaminhou seu pedido. As fontes aonde o Govêrno Federal tenha buscado os recursos ou as providências por êle levadas a efeito para atender à solicitação são detalhe que não devem, desde logo ser criticado.

A situação do Distrito Federal já tem sido descrita suficientemente pelo seu digno e ilustre Prefeito, o Embaixador Negrão de Lima. Mesmo que S. Exª o não fizesse, a simples observação cotidiana estaria a demonstrar que a cidade se acha às vésperas de colapso total.

Os problemas da Prefeitura do Rio de Janeiro são de tal ordem, de tamanha gravidade que se impõem à apreciação mesmo daqueles que não se achem entrosados com os segredos da administração pública e o que mais nos impressiona, sem dúvida, é o do tráfego, que se encontra às vésperas de estrangulamento. O crescimento demográfico da Capital Federal é extraordinário e o Departamento de Trânsito não tem meios de solucionar o problema, porque o ponto crucial, na verdade, já não é mais relativo ao trânsito, às ruas. Não serão os expedientes técnicos do Departamento que criarão ruas em condições de os carros por elas trafegarem. A dificuldade consiste exclusivamente no espaço, que já não existe para o vulto do movimento populacional diário.

Acha-se a Prefeitura ante essa angústia e o Plano Diretor da Cidade, entre as principais obras previstas, atendeu, de preferência, inicialmente, a êsse problema angustioso, que se poderia resolver através de uma série de obras que estão à vista de todos ou cuja necessidade se impõe aos olhos de qualquer um. São elas: a construção da Avenida Beira-Mar, a faixa litorânea; a Avenida Perimetral; a Avenida Presidente Vargas, no trecho final, entre a Ponte dos Marinheiros e a Praça da Bandeira; a Avenida Radial-Oeste; a Avenida Norte-Sul; a Avenida Perimetral Cais do Pôrto-Copacabana; Tunel Catumbi-Laranjeiras e obras de acêsso. Tuneis locais de Copacabana. São tôdas, como se vê, obras do maior vulto e urgência. Para elas necessitaria a Prefeitura, aproximadamente, de 10 bilhões de cruzeiros. Há necessidade, inclusive, de terminar o desmonte do Morro de Santo Antônio e o conseqüente aterro da Glória, para aumentar algumas pistas a fim de desafogar a corrente do trânsito no Flamengo, em Botafogo e nas proximidades do túnel. Pois bem, o Prefeito pede apenas 3 bilhões de cruzeiros descontando 2 bilhões e 700 milhões para o término do desmonte do Morro de Santo Antônio, e aterro da Glória e a construção da Avenida Perimetral, que facilitará a comunicação entre as zonas sul e norte, para desafôgo do centro da cidade.

Mas, felizes de nós, brasileiros e cariocas, se o problema fôsse apenas de tráfego. Temos ainda outros, como os do abastecimento de água e o do esgôto.

Hoje mesmo, segundo ouvi no rádio, teria sido concluída a primeira etapa da construção da Adutora do Guandu, que proporcionará cêrca de 200 milhões de litros de água, diàriamente, para a zona norte. Resta resolver o problema da zona sul, com a construção do túnel de sete quilômetros que conduzirá a água do Reservatório do Engenho Novo ao de Macacos. E isto como primeira etapa, porque ainda resta a outra, a da complementação da Adutora de Guandú, que não sei para quando poderá ser realidade.

Metade da população do Rio de Janeiro, ou seja, cêrca de 1 milhão e 500 mil pessoas não tem serviço de esgotos. A simples exposição dessa realidade, com suas implicâncias de caráter higiênico, estão a evidenciar o horror da situação.

O Sr. João Machado — V. Exª acaba de fazer referência ao ato realizado na manhã de hoje, da adução do Guandu à rêde distribuidora de água desta Capital, com um acréscimo de 210 milhões de litros para as zonas norte e centro da cidade. Queria aproveitar a oportunidade para relembrar aquilo que já tive ocasião de afirmar da tribuna: a segunda adutora, do Guandu, começou a ser construída através de empréstimo da Caixa Econômica à Prefeitura, na importância de 500 milhões de cruzeiros. Êsse empréstimo, porém, não foi suficiente, porque a obra já consumiu 712 milhões. Salientando o fato, quero também chamar a atenção da Casa, já que defendemos a conveniência de empréstimos à Prefeitura destinados à realização de grandes obras, para a circunstância de que todos os empréstimos lançados e obtidos pela Prefeitura do Distrito Federal até a presente data estão sendo rigorosamente resgatados, de acôrdo com os contratos firmados. A Prefeitura do Distrito Federal nunca deixou de resgatar seus compromissos. Não há, pois, que temer, quando a Prefeitura, demonstrando dificuldades financeiras ocasionais, solicita empréstimo para obras que não são suntuárias e que darão à cidade retribuição imediata.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Agradeço ao ilustre Deputado João Machado, digno e operoso representante do povo carioca nesta Casa e conhecedor, como poucos, dos problemas que afligem o Distrito Federal, o aparte com que me acaba de honrar. S. Exª tem demonstrado seus conhecimentos em diversas oportunidades, como ainda anteontem, em brilhante discurso que aqui proferiu.

Na verdade, desde Pereira Passos, ao que sou seguramente informado, o Distrito Federal, bem ou mal, tem realizado as grandes obras que, afinal, lhe possibilitaram o galardão, algumas vêzes contestado, de "Cidade Maravilhosa". Tôdas essas obras que deslumbram os provincianos que aqui chegam foram realizadas com empréstimoc do Govêrno Federal ou, então, com empréstimos no estrangeiro, e, até hoje, conforme acentua o Sr. Deputado João Machado, a Prefeitura nunca faltou ao pagamento das amortizações.

Da mensagem recentemente publicada, do ilustre Prefeito Embaixador Negrão de Lima, verifica-se que só êle, já pagou Cr$ 2.000.000.000,00 de juros da dívida ativa flutuante da Prefeitura. Conseqüentemente, a parte rigorosamente financeira do mecanismo do empréstimo pretendido não poderá atuar, certamente, no ânimo de quem quer que seja, contrariamente à justa pretensão do Sr. Prefeito Negrão de Lima.

O Sr. Joaquim Duval — Quero manifestar minha integral solidariedade ao ponto de vista defendido por Vossa Excelência.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Agradecido.

O Sr. Sérgio Magalhães — V. Exª permitiria breve aparte?

O SR. RAIMUNDO BRITO — Pois não, embora angustiado pela hora, sob as vistas vigilantes do Sr. Deputado João Meneses.

O Sr. Sérgio Magalhães — Evidentemente, como representante do Distrito Federal, só posso estar ao lado daqueles que procuram ajudar a Administração carioca a obter um empréstimo de cêrca de Cr$ ..... 3.000.000.000,00, embora não concorde com a maneira como se pretende aplicar êsse dinheiro. Creio mesmo que o Govêrno Federal, se conceder o empréstimo, irá tomar parte em sua aplicação. Desejaria lembrar, porém, a V. Exª que êsse dinheiro poderia ser conseguido, sem recorrer a empréstimo, apenas com a melhoria do aparelho arrecadador. Isto porque a própria Associação Comercial confessa haver uma evasão de impostos que atinge a cêrca de 40% da atual Receita da Prefeitura, ou sejam, mais de 4 bilhões de cruzeiros. Essa melhoria, no sistema arrecadador, não oneraria a Prefeitura com serviço de juros e seria, a meu ver, o meio mais eficaz para a conquista de numerário. Não posso, porém, deixar de apoiar a medida agora sugerida, desde que êsse dinheiro vai ser aplicado no interêsse do povo.

Estou, neste caso, ao lado de Vossa Excelência.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Agradeço a V. Exª.

O Sr. João Machado — Com licença do orador queria ainda esclarecer que a medida sugerida pelo ilustre Deputado Sérgio Magalhães, com a qual todos estamos de acôrdo, já vem sendo tomada. Tanto assim que o Impôsto de Vendas e Consignações, impôsto básico da Prefeitura do Distrito Federal, apresenta, no corrente ano, aumento considerável. Acrescente-se que não é com o aumento da arrecadação que se pode atender, depronto, à realização de grandes obras, porque estas exigem importâncias ponderáveis que não podem ser obtidas ùnicamente pela melhoria do sistema de arrecadação e, muito menos, com o aumento de impostos.

O SR. RAIMUNDO BRITO — A observação do ilustre Deputado Sérgio Magalhães é de todo razoável. Seria ideal que, através de um processo mais eficiente de arrecadação tributária, a Prefeitura Municipal, como qualquer outra administração, inclusive a Federal, pudesse realizar suas obras e atender às suas necessidades. Acontece, entretanto, que o auferimento dessas rendas, o acréscimo dos ingressos tributários através de fiscalização mais enérgica para evitar a evasão, é de difícil realização em curto prazo, porque se trata de trabalho complexo, que exige providências diversas.

Vou citar caso concreto e que diz de perto com um trabalho de minha autoria. Apresentei a esta Casa projeto de lei no sentido de reformar o Decreto 960, que é a lei específica dos Executivos Fiscais. Por êsse decreto, os processos de execução da dívida ativa da Fazenda Nacional estão praticamente paralisados, pois essa lei específica cria uma série de embaraços, desde a vinculação inicial do juiz ao processo, o que impede que o mesmo o prossiga quando os juízes da Fazenda são requisitados para o Tribunal Federal de Recursos, até uma série de providências que impossibilitam sucessivamente o término dos procedimentos judiciais ou das execuções compulsórias. O resultado é que no País inteiro, não só no Distrito Federal, mas do Rio Grande do Sul ao Amazonas, os Cartórios dos Juízes dos Feitos da Fazenda estão atulhados de processos de cobrança da dívida ativa, que não se podem efetivar, pelos embaraços de ordem técnica decorrentes da própria lei específica que regula a matéria.

Apresentei um projeto e, apesar de fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça, sendo, para meu gáudio, benquisto e estimado nessa Comissão, não obstante meus pedidos e súplicas, há mais de ano — se não há dois — êste processo rola de relator em relator, sem que haja merecido, até hoje, a honra de um parecer.

Pelo exemplo singelo que estou oferecendo à consideração dos colegas, se vê que tremendas dificuldades se antepõem ao administrador, para concretizar a cobrança das dívidas ativas, para organizar o melhor aparelhamento de arrecadação de maneira a poder contar, com o aumento dos ingressos, com renda maior, para realização de suas obras essenciais.

Mas, Srs. Deputados, com outros problemas se debate a Prefeitura. Existem, nesta cidade, cêrca de 32.000 crianças à espera de escolas. Sinto-me verdadeiramente comovido, sinto o calor do pêjo colorir minhas faces, quando relato êsse fato, na sua dolorosa crueza. Trinta e oito mil crianças à espera de escolas, no Distrito Federal, na capital de um País como o Brasil. Entretanto, a situação é a mesma porque os problemas da Prefeitura, como que se multiplicam ao infinito, desafiando a argúcia, para não dizer, a capacidade de realizar milagres de seus atuais administradores. Suas rendas, pelo orçamento atual, são da ordem de 10 bilhões de cruzeiros, das quais 9 bilhões são despendidos com a manutenção de 67.000 funcionários, número que não deve espantar, pois, na realidade, não é excessivo. O fato, porém, é que absorve cêrca de 90% das rendas da Prefeitura, caso, talvez, virgem no País inteiro, senão no mundo.

O Sr. Sérgio Magalhães — Nesse ponto, discordo de V. Exª, com apôio no voto do Ministro Ivan Lins do Tribunal de Contas da Prefeitura, que calculou em 60% a percentagem da despesa com funcionalismo, em relação à receita. O índice 30%, a meu ver, não está de acôrdo com a apuração do Tribunal de Contas.

O SR. RAIMUNDO BRITO — E' possível haja imprecisão na minha citação, reprodução, aliás, de divulgações oficiais da Prefeitura, em atos sucessivos, inclusive na televisão, no rádio, nos jornais, etc. Mas serão diferenças contábeis, mistérios de contabilidade, dificuldades de manipulação de algarismos e eu serei, talvez, o menos autorizado para emitir sôbre êles pronunciamento. S. Exª o Sr. Deputado Sérgio Magalhães, autoridade nessas matérias, evidentemente se apresenta mais credenciado do que eu para falar. Deixemos o problema dos números de lado, porque não disponho de tempo para descer ao exame dêsse ponto. A verdade é que grande, imensa porcentagem das rendas municipais se escoa no pagamento dos funcionários públicos. Que fazer diante de tudo isso?

Atente o Sr. Presidente da República para o seguinte: não estamos diante de problemas de solução adiável, de problemas que possam ser resolvidos amanhã ou depois. A paciência do povo tem limite e está tão esgotada quanto à sua capacidade tributária.

O Sr. João Machado — V. Exª poderia dizer mais: não fôsse a tole-

sância do povo brasileiro, especialmente do povo carioca, há muito tempo já teria acontecido algo de grave em nossa Capital...

O SR. RAIMUNDO BRITO — E' claro.

O Sr. João Machado — ...em face dos sacrifícios impostos à população. Quem via aos trens da Central do Brasil, da Leopoldina ou da Rio Douro, ou em ônibus da zona sul — e além do problema do transporte há outros, muitos outros — quem, como V. Ex.ª conhece e sabe quanto sofrimento e imposto à população carioca, quem conhece tudo isso só pode estranhar que até hoje não tenha havido uma reação popular de vulto, além de simples solicitações e reclamações, contra a situação existente. Por isso, todos os homens que tem noção exata da situação no Rio de Janeiro, como V. Ex.ª, devem lutar para que os problemas mais urgentes desta Capital encontrem solução, através dos meios adequados.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Passei a considerar santo o povo carioca, desde que vi, pela primeira vez, com os olhos espantados de provinciano asfixiado, o sofrimento desta gente, na hora do "rush", isto é, as seis horas da tarde em filas intermináveis sob a chuva, espremendo-se uns nos outros, na conquista brutal de um espaço nos veículos para a volta aos lares. Então considerei santo êste povo e digno de melhor sorte. E o Prefeito, o Embaixador Negrão de Lima — homem cuja honestidade, cuja visão de administrador, cujo critério reconhecem os seus próprios inimigos, se é que os tem, o que não creio — mesmo aquêles que não comungam na sua política, não podem pôr em dúvida nem sustentar qualquer restrição à sua dignidade pessoal, à sua capacidade de trabalho ao seu descortínio, ao seu patriotismo e amor a esta terra...

O Sr. João Machado — Muito bem.

O SR. RAIMUNDO BRITO — O Prefeito apela para o Presidente da República, expõe a S. Ex.ª os fatos que está cansado de relatar a população carioca, pedindo, dos dez milhões de cruzeiros de que precisa urgentemente, apenas três. Nada de mais há nêsse ato, porque, como disse, sempre a Prefeitura do Distrito Federal bateu às portas do Govêrno da União, para atender às necessidades de suas obras essenciais. E' natural que assim seja.

Não se pode separar o destino do Govêrno Federal do destino do Govêrno do Distrito Federal. São departamentos político-administrativos que funcionam entrosados. O destino da organização federal, de certa forma e até certo ponto, está vinculado às condições locais do Distrito Federal.

O Sr. Sérgio Magalhães — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. RAIMUNDO BRITO — Pois não.

O Sr. Sérgio Magalhães — Nesse ponto concordo inteiramente com Vossa Excelência.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Agradeço a V. Ex.ª.

O Sr. Sérgio Magalhães — A administração do Distrito Federal presta serviços não só a residentes da Capital da República. Todos sabemos que os hospitais da Prefeitura atendem, em grande parte, a uma corrente de habitantes de outros Estados, principalmente do Estado do Rio que se deslocam únicamente para aproveitar os serviços de saúde do Distrito Federal.

O SR. RAIMUNDO BRITO — E' uma verdade.

O Sr. Sérgio Magalhães — A administração federal tem de ser solidária com a administração municipal na prestação dêsses serviços, e também no dar ao habitante do Distrito Federal um confôrto que lhe compense as agruras que sofre com a vinda de populações não sòmente de outros Estados da Federação como também estrangeiras, que para aqui vêm com capitais para gozar de um nível de vida superior, elevando os preços das mercadorias uma vez que vêm com intuitos únicamente de especulação. Neste particular concordo inteiramente com o ponto de vista de V. Ex.ª.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Senhor Presidente, temos um homem à frente da Prefeitura animado do mais sadio e entusiástico propósito de resolver, na medida humana de suas possibilidades, os problemas que afligem o Distrito Federal. Estou fazendo justiça a um homem público, cujas qualidades são por todos reconhecidas. Êsse homem clama por auxílio do Govêrno Federal. E possível que na efetivação dêsse empréstimo haja exigências, neste ou naquele sentido, necessárias à realização de todos os negócios dêsse vulto e dessa natureza. Não inquiro qual a fonte que irá fornecer o numerário, seja ela qual fôr, terá de vir do Govêrno Federal, porque sem êsse auxílio superior, sem êsse auxílio eficiente e único que de pronto e no momento possa atender às necessidades mais prementes do Distrito Federal, sem êsse auxílio imediato não é possível ao Embaixador Negrão de Lima, nem a qualquer outro prefeito, a menos que tivesse o milagroso poder de reproduzir os dinheiros da Prefeitura, como fês Cristo com o pão e o vinho, atender ao mínimo dessas prementes, inadiáveis, gritantes e aflitivas necessidades por que passa o povo carioca.

O Sr. Colombo de Souza — Desejo aproveitar esta oportunidade para esclarecer um pensamento meu externado no outro dia por ocasião do discurso do Deputado João Machado, e agora também referente à oração de Vossa Excelência. Realmente, a Prefeitura do Distrito Federal requer a afluência de auxílios substanciais para resolver os problemas mais gritantes de sua administração. Em verdade, os habitantes do Distrito Federal estão vivendo dias aflitivos, e a situação se agravará com o continuar do tempo. Agora, isto é que eu queria deixar bem claro: seria muito mais efetivo a Prefeitura do Distrito Federal buscar aos bancos estrangeiros, que aí estão recheados de dinheiro, os recursos de que precisa. E ainda mais: se a Prefeitura do Distrito Federal tem de pedir ao Banco do Brasil, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou ao próprio Tesouro Nacional, um empréstimo, que êle seja feito mas sob uma condição: não se sacrifiquem verbas constitucionais do Nordeste; não se sacrifiquem verbas constitucionais da Amazônia; não se sacrifiquem verbas constitucionais da Valorização do Vale São Francisco; e, ainda, não se sacrifiquem subvenções ordinárias que custeiam centenas e milhares de patronatos e casas de caridade pelo interior do Brasil. Que êsse dinheiro seja dado, mas não à custa da maior miséria de milhares de indivíduos esmolados por todos os recantos do Brasil.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Agradeço a V. Ex.ª o aparte.

Terminando, Sr. Presidente, devo dizer ao nobre Deputado Colombo de Sousa que S. Ex.ª conta comigo, pois estou inteiramente de acôrdo em combater qualquer desvio de dinheiro em prejuízo das necessidades gerais do Brasil.

O Sr. João Machado — Poderá contar comigo também.

O SR. RAIMUNDO BRITO — Fico muito grato ao Sr. Deputado Colombo de Sousa, quando diz que, desde agora, está pronto — pelo menos implicitamente o declarou — a apoiar empréstimo perante o estrangeiro.

O Sr. João Machado — Permita-me V. Ex.ª um breve esclarecimento. O Prefeito do Distrito Federal, que pleiteia empréstimo, não pode dispensar o apoio do Presidente da República para realizar essa operação...

O SR. RAIMUNDO BRITO — E claro.

O Sr. João Machado — ... porque é delegado do próprio Presidente da República no Distrito Federal, mas isso não exclui o empréstimo no estrangeiro, tanto assim que enviou à Câmara dos Vereadores mensagem na qual solicita autorização para tratar de empréstimo no País ou no exterior.

O SR. RAIMUNDO BRITO — De qualquer sorte, o Govêrno Federal seria o abonador dêsse empréstimo.

Estas, as considerações que tinha a fazer. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. João Menezes, por delegação do líder da minoria.

O DEPUTADO SR. JOÃO MENEZES, PROFERE DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

Durante o discurso do Sr. João Menezes o Sr. Godoi Ilha, 2.º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulisses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Está findo o tempo destinado ao expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Ulisses Guimarães.
Flores da Cunha.
Ceciano Carleial.

Amazonas:
Antunes de Oliveira — PTB
Aureo Melo — PTB.
Josué de Souza — PTB.
Rica Júnior — PTB.

Pará:
Armando Correia — PSD.
Gabriel Hermes — PTB.
Lopo de Castro — PSP.
Virgínio Santa Rosa — PSP.

Maranhão:
Afonso Matos — PSP (12-6-957).
Cid Carvalho — PSD.
Costa Rodrigues — PSD.
Cunha Machado — UDN.
Lisier Caldas — PSD.

Piauí:
Carvalho Neto — UDN (3-6-957).
José Cândido — UDN.
Milton Brandão — PSP.
Vitorino Correia — PSD.
Siegfredo Pacheco — PSD.

Ceará:
Adail Barreto — UDN.
Alencar Araripe — UDN (8-6-957).
Alfredo Barreira — UDN.
Antônio Horácio — PSD.
Armando Falcão — PSD.
Carlos Jereissati — PTB.
Ernesto Sabóia — UDN.
Esmerino Arruda — PSP.
Euclides Wigar — PSD.
Francisco Monte — PTB.
Martins Rodrigues — PSD
Moreira da Rocha — PR.
Walter Sá — PSP (5-6-957)
Humberto Teixeira.

Rio Grande do Norte:
Aluízio Alves — UDN.
Galvão de Medeiros — PSP.
Martins Fernandes — PR (21-6-57).
Teodorico Bezerra — PSD.

Paraíba:
Ernani Sátiro — UDN.
Janduí Carneiro — PSD.
José Joffily — PSD.
João Ursulo — UDN.
João Agripino — UDN.
Pereira Diniz — PL.
Praxedes Pitanga — UDN.

Pernambuco:
Antônio Pereira — PSD.
Amaury Pedrosa — PSD.
Armando Monteiro — PSD
Arruda Câmara — PDC.
Barros Carvalho — PTB.
José Maciel — PSD.
José Lopes — UDN.
Lima Cavalcanti — UDN.
Moury Fernandes — PSD.
Ney Maranhão — PL.
Osvaldo Lima Filho — PSP
Paulo Germano — PSD.
Souto Maior — PTB.

Alagoas:
Armando Lages — UDN.
José Afonso — UDN.
José Maria — PTN.
Medeiros Neto — PSP.
Segismundo Andrade — UDN.

Sergipe:
Francisco Macedo — PTB.
Jocelino Carvalho — UDN (31-7-57)
Leite Neto — PSD.
Luiz Garcia — UDN.
Seixas Dória — UDN.

Bahia:
Aliomar Baleeiro — UDN.
Aziz Maron — PTB.
Augusto Público — PSD.
Carlos Alburquerque — PR.
Dantas Júnior — UDN.
Eduardo Catalão — PTB.
Fausto Oliveira — UDN.
Hildebrando Góes — PR.
José Guimarães — PR.
Laurindo Régis — PSD.
Manoel Novais — PR.
Nestor Duarte — PR.
Nita Costa — PTB.
Rafael Cincurá — UDN.
Raimundo Brito — PR.
Vasco Filho — UDN.

Espírito Santo:
Cícero Alves — PSD.
Floriano Rubim — PTB.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Lourival de Almeida — PSP.
Napoleão Fontenelle — PSD.
Nélson Monteiro — PSD.
Pouciano dos Santos — PRP.

Rio de Janeiro:
Aarão Steinbruch — PTB.
Alberto Tôrres — UDN.
Arino de Matos — PSD.
Augusto de Gregório — PTB.
Barcelos Feio — PSD.
Carlos Pinto — PSD.
Edilberto de Castro — UDN.
Geraldo Moura — PSD.
José Alves — PTB.
José Pedroso — PSD.
Mário Guimarães — UDN.
Prado Kelly — UDN.
Tenório Cavalcanti — UDN.

Distrito Federal:
Adauto Cardoso — UDN.
Benjamin Farah — PSP.
Bruzi Mendonça — PRT.
Cardoso de Menezes — PSD.
Chagas Freitas — PSP.
Frota Aguiar — UDN.
Georges Galvão — PTB.
Gurgel do Amaral — PR.
João Machado — PTB.
José Talarico — PTB (22-6-957).
Lopo Coelho — PSD.
Luthero Vargas — PTB.
Mário Martins — UDN.

Minas Gerais:
Afonso Arinos — UDN.
Bento Gonçalves — PR.
Bilac Pinto — UDN.
Bias Fortes — PSD.
Celso Murta — PSD.
Clemente Medrado — PSD.
Dilermando Cruz — PR.
Esteves Rodrigues — PR.
Franco Campos — PSD.
Gabriel Passos — UDN.
Guilherme Machado — UDN.
Guilhermino de Oliveira — PSD.
Gustavo Capanema — PSD.
Ilacir Lima — PTB.
Jaeder Albergaria — PSD.
Maurício de Andrade — PSD.
Mendes de Souza — PTB.
Milton Campos — UDN.
Nogueira de Rezende — PR.
Olavo Costa — PSD.
Otacílio Negrão — PSD.
Plínio Ribeiro — PSD.
Starling Soares — PSD.
Uriel Alvim — PSD.
Vasconcelos Costa — PSD.

São Paulo:
Abguar Bastos — PTB.
Alfredo Palermo — PDC.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Artur Audrá — PSP.
Batista Ramos — PTB.
Carvalho Sobrinho — PSP.